



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639146 - SP (2021/0005162-5)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : ALVARO DOS SANTOS FERNANDES
ADVOGADO : ÁLVARO DOS SANTOS FERNANDES - SP230704
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FABIO HENRIQUE ETINGE (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FABIO HENRIQUE ETINGE em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (N. 0027976-72.2005.8.26.0562).

O paciente foi condenado à pena definitiva de 2 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática dos crimes previstos no art. 304, c/c o art. 297, ambos do Código Penal. O acórdão atacado foi publicado no DJe de 10/11/2011.

O impetrante, em janeiro de 2021, sustenta que houve confissão dos delitos praticados por parte do paciente e, portanto, deve ser compensada a atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência.

Requer, em pedido liminar e no mérito, que "SEJA APLICADA A COMPENSAÇÃO DA CONFISSÃO COM A REINCIDÊNCIA E REDIMENSIONADA A DOSIMETRIADA PENA PARA O MÍNIMO LEGAL (02 ANOS DE RECLUSÃO) PARA O DELITO EM QUE O PACIENTE ACABOU CONDENADO (ARTIGO 304 DO CÓDIGO PENAL)" (fl. 11).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de

plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente